

AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. NOVA IDEOLOGIA/UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO¹

Gustavo Lins Ribeiro

(Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e do Doutorado Conjunto FLACSO/UnB em Estudos comparativos sobre a América Latina e o Caribe. Pesquisador do CNPq.)

RESUMO: Este artigo busca interpretações alternativas adequadas para a compreensão de problemas contemporâneos, tais como o ambientalismo. A noção de desenvolvimento, uma das idéias básicas da cultura moderna européia ocidental, tem se mostrado tão elástica que se tornou vazia. Este trabalho procura analisar as mudanças da noção de desenvolvimento que se fizeram sob o influxo das transformações econômicas, sociais e políticas da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVES: ambientalismo, ecologia, teoria antropológica, desenvolvimento, pós-modernidade, utopia, ideologia, desenvolvimento sustentável.

Este texto é francamente polêmico. Numa época onde "crise de paradigmas", "orfandade", "perplexidade", "ausência de interpretações totalizantes" tornaram-se expressões e sensações recorrentes entre a intelectualidade e políticos, a necessidade de estabelecer debates e encarar a controvérsia se impõe por si mesma. Não se trata de oportunisticamente tomar partido das mudanças políticas e econômicas em curso no mundo contemporâneo. Tanto porque qualquer prognóstico fechado, diante da fluidez e incerteza que as próprias mudanças instalam, carrega consigo uma alta probabilidade de fracasso. Trata-se sim de, a partir de uma situação instigante, procurar contribuir para que nos situemos no fluxo dos acontecimentos, visando compreender alternativas interpretativas que provarão ser mais ou menos adequadas de acordo com o desdobramento dos fatos. Com as idas e vindas que acompanham a chegada dos limites do "socialismo real", as discussões positiva ou negativamente vinculadas à pós-modernidade ou ao ambientalismo têm atraído boa parte da imaginação daqueles que se preocupam com uma possível solução para os dilemas atuais.

Entendê-las como parte de uma luta por hegemonia interpretativa não as desqualifica, como grosseiramente poder-se-ia crer, enquanto alternativas que venham a se estabelecer ou a se esvanecer no horizonte.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada. Sua importância na organização das relações sociais, políticas e econômicas levou alguns antropólogos a considerá-la não apenas como "uma das idéias básicas na cultura moderna européia ocidental" (Dahl & Jort, 1984: 166), mas também "algo como uma religião secular", inquestionável, já que "se opor a ela é uma heresia que é quase sempre severamente punida" (Maybury-Lewis, 1990: 1). A abrangência desta noção² recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem-estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar, e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre os homens e entre estes e a natureza. São, sem dúvida, a abrangência e as múltiplas faces de desenvolvimento que permitem enorme número de apropriações e leituras muitas vezes divergentes. Em síntese, desenvolvimento, assim como modernidade, são categorias filiadas a um tipo de universo ideacional de uma elasticidade tamanha que até faz crer se estar diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia.³ Com efeito, antropólogos sucos que pesquisam desenvolvimento enquanto ideologia e modelo "folk" (DAS, s/d: 4) referem-se a um caráter de miragem que a noção de desenvolvimento possui: "Todos falam sobre desenvolvimento, mas ninguém parece capaz de ancorá-lo em termos concretos". Para eles, este vazio é passível de ser explicado através das injunções políticas e das mudanças de percurso a que estão sujeitos os planos de desenvolvimento e o mundo industrial:

"Suspenso num tempo/espço que está constantemente alterando-se em novas maneiras, desenvolvimento não pode ser um ponto fixo que majestosamente se move sobre sua trajetória predeterminada sem se preocupar com a turbulência e comoção ao seu redor. A consequência da incidência de todas estas forças sobre a ideologia do desenvolvimento é que ela permanecerá parcamente definida (se o for de alguma maneira) quanto ao seu fim último. Ao mesmo tempo, esta plasticidade assegura a sua viabilidade continuada. Está sempre no processo de se transformar, de realizar as promessas feitas" (op. cit.: 5).

Um dos pressupostos do presente trabalho é que as diversas mudanças nas formas de reprodução da vida política, econômica, social e cultural, na contemporaneidade, têm levado a uma reformulação/reforma da noção de desenvolvimento, noção esta até há pouco tempo altamente marcada pelas teorias criadas a partir dos rearranjos sofridos pelo sistema mundial no imediato pós-Segunda Guerra.⁴ Em realidade, as tentativas de reformas desta ideologia/utopia central do mundo moderno (herdeira inquestionável da idéia de progresso) são praticamente coexistentes com a sua chegada ao primeiro plano da cena, no século XIX, a partir de desdobramentos políticos, sociais, econômicos e filosóficos do século XVIII. Lembremos as formulações de Owen, de Fourier e de Saint-Simon. As variações das apropriações da idéia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformá-la, acabam expressando-se em adjetivações que formam parte de sua história: desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente, e, no presente, auto-sustentado ou simplesmente sustentável. Estas variações e tensões são representativas da lógica de um campo de poder político e econômico onde os atores coletivos procuram estabelecer suas perspectivas particulares, sobre como se deve proceder com relação a desenvolvimento, como as mais corretas.

A tensão que subjaz ao conflito interpretativo e político próprio ao campo em que se movimentam as questões do desenvolvimento pode ser remetida a uma dupla face do próprio iluminismo – momento fundamental para o desdobramento dos novos pactos econômicos, políticos e sociais da modernidade e suas ideologias associadas (progresso, industrialismo, secularização, nacionalização, individualismo, por exemplo). Uma dupla face é expressa no conflito entre os defensores de um projeto vinculado a uma razão instrumental, alimentadora de processos de crescimento econômico e acumulação baseados em relações de exploração entre classes desiguais; e aqueles defensores de uma razão histórica preocupada fundamentalmente com justiça social (Quijano, 1988). Evidentemente, e por várias razões, o momento atual tem características diferentes, assim como atores e discursos.

No presente, ocorrem mudanças dramáticas na organização e fluxos de poder político e econômico internamente ao sistema mundial. Não se trata de unir-se ao coro (que já não é tão novo como alguns gostariam de acreditar) que canta a morte da história, do industrialismo, da razão instrumental, do iluminismo, positivismo, marxismo etc. Mas está claro que no final do século XX se testemunha uma decadência relativa de algumas das mais fortes ideologias e

utopias enraizadas no século IX. No Ocidente, o marxismo, por exemplo, tem sido por muitas décadas um discurso provedor de uma matriz alternativa, sistemática e organizada, ao sistema predominante de relações sociais, econômicas e políticas. Uma alternativa que também faz apelos à legitimidade científica, sendo tributária de noções de desenvolvimento como crescimento e atribuindo um papel central à indústria no destino da humanidade – um quadro de entendimento típico do século XIX. A história do marxismo é um exemplo claro de diferentes apropriações vinculadas a contextos históricos e geográficos variados. Atualmente, ainda que se delineiem mais claramente os limites do marxismo-leninismo enquanto ideologia político-partidária, o estatuto interpretativo da teoria e do método elaborados por Marx (que não poderia deixar de ser influenciado pelos acontecimentos políticos) continua motivo de grande discussão. Ninguém duvida, por exemplo, da genial interpretação de Marx sobre o desdobramento do capitalismo industrial, da importância do seu pensamento para entender a história econômica, das desigualdades de poder político internamente à sociedade. Mais-valia, fetiche da mercadoria, classes sociais, modos de produção etc. são contribuições – sejam aceitas ou não por autores individuais – fundamentais do pensamento marxista. Atualmente, até mesmo partindo de uma perspectiva eminentemente influenciada pelo marxismo, o que está em jogo é como, em um momento diferente da história capitalista, interpretar as formas e reprodução da vida que atravessam mudanças radicais.

Para os objetivos centrais deste trabalho, é útil lembrar que por um longo tempo, e mesmo até o presente, muitos marxistas entendiam utopia apenas no seu sentido negativo, como uma articulação de ilusões, expressão de desejos vazios, destituída de "valor científico". Afinal de contas, foi Friedrich Engels, no esforço de encontrar uma distinção própria para o marxismo, quem chamou de *socialismo utópico* a produção de pensadores, como Saint-Simon, que são fundamentais para entender as ideologias associadas a "desenvolvimento". A crítica ao discurso saint-simoniano pode ser melhor entendida se considerarmos que os pensamentos de Saint-Simon e dos seus seguidores foram altamente influentes entre a elite intelectual, política e administrativa da Europa do século passado, com seu forte apelo ao desenvolvimento tecnológico e à racionalidade tecnocrática.⁵ O jornal saint-simoniano *Le Globe* era lido por representantes da elite européia. Goethe, por exemplo, se entusiasmava com as possibilidades de realização de grandes obras em escala planetária, como os canais de Suez e do Panamá, que provocariam modificações enormes no fluxo mundial de riquezas. De fato, seguidores de Saint-Simon, crentes fervorosos dos grandes poderes

desatados pela indústria, estiveram umbilicalmente vinculados a obras importantes, como as dos canais mencionados que transformaram em passado a necessidade de contornar a África e a América do Sul para se chegar à Ásia e ao oceano Pacífico. A economia em tempo e energia que estas obras proporcionaram, mais suas evidentes importâncias geopolíticas, foi o principal motivo por trás das complexas articulações, por elas promovidas, de interesses capitalistas e de diferentes Estados. A predileção por grandes projetos pode ter sido o que levou, no século XIX, os saint-simonianos a propugnarem pela existência de um banco que operasse em escala global para articular os complexos pacotes financeiros necessários ao financiamento de obras excepcionais.

Em realidade, um banco como este, o Banco Mundial, só viria a ser criado após os acordos de Bretton Woods, em 1946, dadas as mudanças na economia política internacional provocadas pela Segunda Guerra Mundial. O imediato pós-Segunda Guerra continua sendo fundamental para a discussão sobre desenvolvimento, por diversos motivos. Além da redefinição do peso dos diferentes Estados-Nações internamente à divisão internacional do trabalho, são instaurados novos mecanismos para se operar a nível global, como o mencionado Banco Mundial, o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o Fundo Monetário Internacional, o GATT (General Agreement on Trade and Tariffs) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Truman, do alto do poder do Estado-Nação mais poderoso após a grande guerra, em um discurso célebre estabelece o desenvolvimento como a grande saída civilizatória para a humanidade. Indicadores "objetivos" para medir performance e desenvolvimento, como Produto Interno Bruto, são estabelecidos como universais.⁶ Num mundo congelado pela Guerra Fria, as principais teorias sobre desenvolvimento, conservadoras ou não, começam a se gestar. A América Latina não ficaria imune a estas tendências. No meio da própria Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pela ONU em 1948, desenvolvimento via industrialização e substituição de importações transforma-se em palavra de ordem. De fato, os balizamentos gerais da discussão só viriam a ser rearranjados algumas décadas mais tarde, com grandes mudanças na ordem econômica e política internacional e com a introdução de novas vozes no debate, associadas a projetos ideológicos e utópicos que, anteriormente, não encontravam espaço para se desenvolverem com maior intensidade.

NOVAS PRESENÇAS: PÓS-MODERNIDADE E AMBIENTALISMO

A presente retração do marxismo como um discurso capaz de galvanizar visões alternativas da sociedade é aqui compreendida dentro do quadro complexo de confronto entre os portadores de diferentes ideologias e utopias.⁷ Esta luta, por sua vez, relaciona-se com os processos em curso que estão mudando a configuração do sistema mundial. As principais causas que subjazem a esta situação são os desenvolvimentos das indústrias de transporte, comunicação e informação, assim como o progressivo aumento da transnacionalização dos mercados financeiros e dos processos produtivos (Harvey, 1989). Ambientalismo e pós-modernismo são dois discursos que entram nesta arena e ganham poder dada a retirada relativa, tanto simbólica quanto concreta, do marxismo e do "socialismo real" como uma alternativa a visões clássicas de sistemas capitalistas de vida. Considerando que a discussão sobre pós-modernidade é, ao menos ainda, altamente restrita a elites intelectuais e artísticas, incidindo tangencialmente na questão do desenvolvimento, não me deterei nela detalhadamente para poder, assim, privilegiar o ambientalismo.

Sem, evidentemente, aceitar interpretações mecânicas da relação sistemas ideacionais e realidades econômicas, sociais e políticas, é interessante notar que no âmbito da discussão sobre pós-modernidade, que, para muitos, reflete as condições contemporâneas do capitalismo transnacional (Jameson, 1984; Harvey, 1989, por exemplo), se decreta o fim da história, o fim da utopia. Neste sentido, o discurso pós-moderno, crítico dos grandes relatos Iluministas, pode ser tido como um discurso antiutópico: "Se o pensamento utópico tem sido considerado, em toda a modernidade e desde o humanismo renascentista, como um exercício da liberdade do espírito, na pós-modernidade aparece como um recurso autoritário para impor orientações sobre a sociedade" (Hopenhayn, 1988: 63). Sem dúvida, a recepção negativa da discussão sobre a pós-modernidade por parte de muitos marxistas deve-se, parcialmente, à presença deste tom antiutópico.⁸

Entretanto, compartilho a visão de Norbert Lechner (1988) segundo a qual, se o elogio do presente operado pela crítica pós-moderna é, por um lado, imobilizante, por outro possui um aspecto positivo ao rechaçar os aspectos salvíficos da ideologia do progresso, relativizando o futuro como solução, como "huída delante" (Lechner, 1988: 135).⁹ Desta forma, o presente se revela como o momento próprio para a postulação de mudanças. No entanto, não deixa de ser curioso que o ambientalismo, tanto em suas versões fundamentalistas mais conservadoras (como o conservacionismo), quanto nas versões que negociam com a

idéia de desenvolvimento, tenha o futuro como um elemento central da sua arquitetura interpretativa. Numa vertente, pela ameaça ao fim da vida e do planeta, o que já lhe valeu a designação de eco-apocaliticismo (Zencey, 1989); noutra, pela esperança de reformar a lógica desenvolvimentista.

Sintetizando: no momento em que se assiste à perda da eficácia relativa de algumas das principais ideologias/utopias ancoradas no século XIX, vemos a penetração, por um lado, do pós-modernismo, um discurso antiutópico e afenso a categorias, interpretações e propostas totalizantes, e, por outro, do ambientalismo, este com características utópicas e totalizantes. Ao mesmo tempo, a importância do ambientalismo se traduz na sua transformação em movimentos sociais e na sua visível penetração nos sistemas de decisão contemporâneos. É, hoje, um interlocutor aceito pelos principais participantes do campo da discussão sobre desenvolvimento (Estados, agências multilaterais e bilaterais, empresários, organizações não governamentais, movimentos sociais). Nesta direção, interessa-me uma interpretação focada no ambientalismo enquanto uma ideologia/utopia, o que imediatamente nos coloca no plano do entendimento do papel e eficácia das representações em determinados momentos históricos.

BREVES CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Talvez uma das discussões mais entrecortadas por posições e interpretações diferentes é aquela vinculada à análise de ideologias. Para evitar as conotações que, desde seu aparecimento, associam quase que exclusivamente o termo "ideologia" ao discurso do adversário político, ao escamoteamento e ocultamento da realidade para manipulações pragmáticas, prefiro utilizar a expressão "sistemas ideacionais". No entanto, ocultação, escamoteamento e manipulação também se expressam por meios simbólicos e discursivos. Por isto, admitirei que ideologia(s) aponta(m) para uma articulação seletiva com fins interpretativos, sejam manipulativos ou não. Apenas para efeito de situar-me na diferenciação entre ideologias e utopias, de conformidade com tendências clássicas na literatura, entenderei as primeiras como primordialmente orientadas ao passado e, as últimas, ao futuro.

Uma das principais características dos sistemas ideacionais é que se compõem de diferentes apelos de legitimante sobre distintas questões que são percebidas como centrais para a reprodução da vida social. Mais além das funções integrativo-simbólicas, que são uma das facetas de qualquer sistema ideacional, pode-se concordar, como disse, que as ideologias referem-se a um

conjunto de referentes passados construídos com o propósito de interpretar e, com freqüência, manipular o presente.

Apesar de, em alto nível de abstração, precisamente no que toca às chamadas funções integrativas, poder-se falar da ideologia em geral (a este nível "sistemas ideacionais" me parece terminologia mais adequada), é evidente que na realidade não existe uma ideologia, mas muitas, que são geradas e portadas por diferentes atores coletivos. Estas ideologias estão freqüentemente em contradição ou em oposição umas às outras. Os atores coletivos lutam para impor suas visões particulares como as verdadeiras e mais legítimas para a sociedade como um todo.

Referir-me-ei, ainda que rápida e simplificada, à discussão sobre utopia, tendo em vista seu caráter complementar.¹⁰ De fato, é apenas por razões analíticas que uma distinção entre ideologia e utopia pode ser feita. A tensão ideologia/utopia anima, internamente aos sistemas ideacionais, um campo polarizado que, para Paul Ricoeur (1986), constitui a *imaginação* cultural e social. Resumindo a sua problemática, Ricoeur (1986: 17) se pergunta: "A função excêntrica da imaginação como a possibilidade de um lugar vazio (*a nowhere*) não implica todos os paradoxos da utopia? Mais ainda, não é esta excentricidade da imaginação utópica ao mesmo tempo a cura da patologia do pensamento ideológico que tem sua cegueira e estreiteza precisamente na sua inabilidade de conceber um lugar vazio?". Todos os sistemas ideacionais referem-se ao passado, presente e futuro. Mas as utopias, enquanto conjunto de intenções muitas vezes amarradas através de autoria reconhecível (como os clássicos *Utopia* de Thomas More ou *A nova Atlântida* de Francis Bacon), são fundamentalmente orientadas ao futuro. Com efeito, as utopias provêem uma alteridade para os atores sociais colocarem, baseados em suas leituras sobre as condições do passado e do presente, como consideram que a realidade social, política e econômica deveria ser. Para Robertson (1984: 195), por exemplo, "a especulação utópica é fundamentalmente preocupada com a natureza do tempo, com a racionalização do passado e do presente, procura controlar o futuro. Os movimentos sociais que ela inspira são igualmente preocupados com o tempo e sua manipulação".

Existem igualmente vários discursos utópicos portados por diferentes atores coletivos que se confrontam ou cooperam em termos do que o futuro da humanidade deveria ser. Neste sentido, da mesma forma que as ideologias, as utopias têm um notável poder de reverberação política, orientando, em maior ou menor grau, interpretações, projetos e iniciativas individuais ou coletivas. Em

suma, é como se, em vários planos, as ideologias operassem preferencialmente com manipulações do passado no presente, e as utopias com manipulações do futuro no presente, tanto para fins interpretativos na busca por congruência em um mundo incongruente, quanto para efeitos pragmáticos de estabelecimento e legitimação de níveis diferenciados de acesso ao poder. Assim, os sistemas ideacionais, internamente aos quais todas as ideologias e utopias se localizam, são o universo onde se desenrola uma luta por hegemonia tanto em termos de ideologias quanto de utopias. Diferentes atores coletivos estão num esforço permanente de convencer a outros, por meios simbólicos ou materiais, que os seus entendimentos e interpretações são os universais.

DESENVOLVIMENTO ENQUANTO IDEOLOGIA/UTOPIA INTEGRATIVA

Existem dois aspectos macrointegrativos da noção de desenvolvimento que necessitam ser enfatizados. Primeiro, desde o século XIX o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a requerer uma ideologia/utopia que pudesse tanto dar sentido às posições desiguais internamente ao sistema – sem requerer a dominação aberta como nos tempos coloniais – quanto prover uma explicação através da qual os povos situados em níveis mais baixos poderiam "entender" suas posições e acreditar que existia uma saída para a situação de atraso. Não é por acaso que a terminologia de desenvolvimento comumente envolva o uso de metáforas que se referem a espaço ou ordem de maneira hierárquica: desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo etc. Esta hierarquia é funcional para a crença de que há um ponto que pode ser alcançado seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados-Nações que lideram a "corrida" para um futuro melhor. Para Celso Furtado (1978: 78) "posto que se concebe desenvolvimento como *performance* internacional ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios – a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo". E ainda: "... a ideologia do desenvolvimento se distingue da do progresso por um economicismo mais estreito inserido no quadro da dependência externa. A idéia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social entre grupos e classes que se sabiam com interesses antagônicos (...). A idéia de desenvolvimento como *performance* internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais simples, expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como

um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão" (op. cit.: 78).

O segundo aspecto macrointegrativo a ser enfatizado é este: desenvolvimento enquanto uma noção universalmente desejada provê um rótulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global. Usando "desenvolvimento", ao invés de acumulação ou expansão, uma conotação indesejável é evitada: a diferença de poder entre as unidades do sistema (intra ou inter-Estados-Nações) em termos econômicos, políticos e militares. Esta característica tem sido a causa de uma tautologia, uma espécie de raciocínio que atribui a culpa da vítima, que pode ser exemplificada por uma afirmação arquetípica como a que segue: "eles são subdesenvolvidos porque não acreditam em desenvolvimento".

Desenvolvimento possui várias outras conotações associadas à sua principal matriz, a idéia de progresso, uma concepção que historiadores e filósofos afirmam remontar até a Grécia Antiga (Delvaille, 1969; Dodds, 1973). É interessante notar, sem entrar na complexa discussão sobre o estatuto do "progresso" enquanto idéia-matriz civilizacional, que a idéia de progresso baseia-se, em um primeiro nível, na percepção – e na subsequente extensão analógica desta percepção – de que os seres vivos experimentam crescimento para amadurecer. Por isto, a idéia de progresso vem acompanhada, explicitamente ou não, da sua oposta e complementar, de decadência. É como se a humanidade se encontrasse no permanente dilema entre crescer ou perecer. Destaquemos também a geração de uma crença de que o futuro será melhor do que o presente e o passado através de uma série de melhoramentos e inovações que os homens serão capazes de inventar. Se o presente constitui algum tipo de estágio melhorado com relação ao passado é uma questão complexa que necessita ser examinada de maneira sistemática e histórica, abrangendo diversas dimensões da vida social. Contudo, há pouca dúvida de que, num domínio como o tecnológico, uma série de aperfeiçoamentos vem ocorrendo com a passagem do tempo. Talvez este seja um dos principais motivos por que a crença na redenção da humanidade via aperfeiçoamento tecnológico é a espinha dorsal do desenvolvimento enquanto ideologia e utopia.

O notável poder do desenvolvimento enquanto ideologia/utopia organizativa se reflete na centralidade que tem nos discursos que informam duas preponderantes visões opostas de sociedade: o discurso capitalista liberal e o socialista. Uma breve caracterização deles é necessária antes de introduzir como o ambientalismo se relaciona com este campo político e ideológico.

O discurso capitalista sobre desenvolvimento está centrado nas forças do mercado, uma entidade de poderes corretivos e regularizadores da ação dos agentes econômicos e cujos trabalhos recompensarão os indivíduos mais capazes, permitindo que eles, e por extensão a sociedade como um todo, progridam. Desenvolvimento é um objetivo a ser alcançado com o menor grau de intervenção do Estado. Se se permite que as forças livres do mercado interajam, "mão invisível" organizará os fatores de produção, trazendo mais bem-estar para todos. Aqui poder e acesso diferenciado a recursos naturais e humanos não são levados em consideração. Por outro lado, estes últimos fatores são considerados questões fundamentais na vertente socialista. As sociedades se dividem em classes que têm acessos diferentes aos meios de produção. O livre mercado é uma ilusão. As forças do mercado devem ser reguladas pelo Estado para se atingir justiça social. O desenvolvimento só pode existir através de um arranjo orquestrado de poder político e econômico que leve em consideração um objetivo redistributivo.

Não obstante suas diferenças evidentes, não deixa de ser correto considerar que, "... enquanto construtos ideológicos, socialismo e capitalismo representam a mesma e fundamental visão 'economicista' do mundo (...) Com relação a desenvolvimento, a maioria dos países socialistas tem políticas que implicam forte compromisso com o significado dominante do conceito, baseadas em crescimento, inovação tecnológica, modernização e uma suposta relação direta entre estes processos e o bem-estar humano. Idéias de autonomia local ou de satisfação de necessidades humanas não materiais podem se inscrever em 'modelos alternativos de desenvolvimento' tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas, mas raramente têm o mesmo apoio poderoso dado aos outros componentes de significado, e se situam sob o eixo principal do pensamento sobre desenvolvimento apenas como uma corrente opositora" (Dahl e Hjort, 1984: 176).

A última consideração feita por Gudrun Dahl e Anders Hjort leva diretamente ao campo de luta por hegemonia entre utopias e ideologias de desenvolvimento. O ambientalismo há muito é relacionado com "modelos alternativos de desenvolvimento", mas apenas há pouco tempo se transformou em interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista. Além da própria dinâmica interna ao ambientalismo e das apropriações parciais de algumas de suas proposições, creio que nesta transformação teve um papel fundamental o abandono, em maior ou menor grau, da assunção radical de um caráter "alternativo", o qual progressivamente se transformou em indesejável foco de disputa com diferentes vozes do campo em questão. Apesar de ser ainda

difícil, em termos substantivos, diferenciar o ambientalismo enquanto campo político e ideológico, onde uma luta interna por hegemonia se desenrola, alguns pontos iniciais sobre suas características básicas podem ser explorados. Com efeito, há muitas versões/variedades do discurso ambientalista e dos movimentos sociais a ele associados. O espectro de alianças estende-se desde as grandes corporações multinacionais até o movimento popular e sindical. Numa era caracterizável por uma "transfertilização ideológica" (Frankel, 1987), não é de se estranhar uma amplitude cuja variabilidade termine por engendrar rótulos como ecofascismo e ecossocialismo.¹¹

Pode-se argumentar que uma das razões do sucesso relativo do ambientalismo como um todo é que ele tende a ser percebido e divulgado, inclusive pelos órgãos de comunicação de massa, como uma ideologia cega às contradições de classe. A despeito do fato de que o ambientalismo não compartilhe um corpo central, claramente definido, de categorias interpretativas, pode-se dizer que o conjunto principal de seus referentes conforma uma matriz, relacionamento homem/natureza, que é difundida ou apropriada de maneira mais neutra do que outras que partam do relacionamento homem/homem, enfatizando-o ou atribuindo-lhe lugar central em suas arquiteturas teóricas e interpretativas. Esta pode ser uma das razões por que políticos de todos os matizes aderem a discursos ambientalistas e por que os chamados "investimentos verdes" estão gerando um mercado próprio em países como os Estados Unidos.

De um ponto de vista organizacional, o ambientalismo talvez seja uma das formas mais contemporâneas de movimento social, constantemente articulando burocracias centrais (uma sede nacional ou internacional), conhecimento científico de diferentes campos (ecologia, antropologia, biologia, engenharia agrônômica, civil, física etc.), redes de informação (redes de computadores, *mailing lists* nacionais e internacionais), *lobby* intenso de instituições políticas e econômicas, iniciativas legais, criação de eventos na mídia eletrônica, recrutamento de *superstars* e demonstrações massivas e simultâneas em vários países como forma de enfrentar a internacionalização da questão ambiental.

De um ponto de vista ideológico, o ambientalismo internacional não é um movimento tão contemporâneo e algumas de suas versões podem ser consideradas conservadoras. Para Anna Bramwell (1989), o movimento ecológico tem lutado por visibilidade política desde o último quartel do século XIX. Na sua história, manteve relações diferentes com distintos movimentos políticos e sociais. Bramwell (1989), baseada em muitas evidências historiográficas, dá um grande destaque à relação ecologia/cultura além de ao espinhoso assunto da

íntima relação entre o nazismo alemão e idéias ecologistas.¹² Mais no presente, no ambientalismo americano, por exemplo, atuam diferentes organizações, dentre as quais algumas abertamente progressistas.¹³ No entanto, não é muito comum, por motivos táticos ou não, se ler *folder* ou relatório anual de uma ONG internacional que estabeleça, clara e criticamente, os elos entre destruição ambiental e interpretações que levem em conta contradições de classe, a expansão da economia capitalista e o imperialismo.

Já mencionei anteriormente que, enquanto movimento social plural, o espectro ideológico do ambientalismo é altamente complicado. No entanto, não se pode eludir o fato de que, como outras ideologias/utopias relacionadas com desenvolvimento, o ambientalismo é gerado no centro do sistema mundial, carregando consigo componentes culturais marcados por suas origens.¹⁴ A este nível, interferem, potencialmente, desde uma cosmologia ampla, incluindo, claro, religião, até direitos de cidadania historicamente conquistados, onde os indivíduos têm garantidos seus direitos de interpelar e cobrar das autoridades suas responsabilidades, e – talvez mais importante ainda – de fato o fazem (a noção norte-americana de *accountability* é exemplar nisto). De acordo com Bramwell (1989: 5), "os países onde as teorias ecológicas têm sido mais importantes são Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos. Apesar de a comunidade intelectual, responsável por disseminar e provocar a elaboração destas teorias, incluir cientistas e ativistas políticos franceses e russos, a Inglaterra e a Alemanha, hoje, apresentam o quadro mais evidente de grupos ambientalistas mobilizados. Os Estados Unidos tanto inspiraram idéias radicais e alternativas quanto as receberam (...), alteradas em alguma medida, da Europa". Esta autora destaca como "raízes culturais" comuns a estes três países uma forte cultura liberal e protestante internamente a uma grande e educada classe média. Sua ênfase termina por recair na importância da Alemanha.

A influência de ideologias românticas é passível de ser identificada no ambientalismo. O importante lugar da natureza na construção do romantismo na literatura é amplamente conhecido. A contemplação da beleza natural, a partir da qual tantos poemas foram escritos, é fortemente incompatível com o espírito empreendedor do agente capitalista arquetípico (Berman, 1987). Aqui vale a pena focalizar o exemplo mais acabado de interface formal do ambientalismo com o sistema político-partidário, o Partido Verde alemão, que entra na cena política em 1979. Sem dúvida os Verdes alemães também representam um universo ideológico complicado, mas claramente mais radical do que o americano. Um segmento dos Verdes é também marxista, ao menos em sua origem, e o partido luta com uma contradição interna entre *Fundis* e *Realos*. Os primeiros, *funda-*

mentalistas afensos a relações com o *establishment*. Os segundos, *realistas* "interessados em mudar o sistema de dentro", fazendo alianças com os Social-Democratas (Lynton, 1989: 5). Para Nandani Lynton, "a ideologia verde (...) tenta balancear o igualitarismo típico do individualismo moderno com uma visão orgânica holística da natureza e da comunidade humana" (Lynton, 1989: 3). Ao mesmo tempo, esta autora ancora firmemente as ideologias e dilemas verdes no universo do romantismo alemão:

"Os primeiros Românticos enfatizavam a revitalização cultural e estabeleceram um estilo de vida que incorporava seus ideais teóricos. (...) Os Românticos propagaram um ideal de unidade orgânica, igualdade e a celebração do *Volk* como a matriz da natureza, cultura e linguagem. A sua filosofia social balanceava novas noções de individualismo, originalidade e igualdade entre homens e entre os sexos com estruturas hierárquicas herdadas. Os Românticos colocavam igualdade e solidariedade mecânica internamente a cada nível social, ao mesmo tempo que afirmavam uma ordem hierárquica e, assim, solidariedade orgânica entre as partes de um todo; lidavam com a contradição contendo-a numa classe abrangente em um nível diferente" (Lynton, 1989: 6).

Com efeito, a existência do Partido Verde tanto quanto sua eficácia é relacionada com questões historicamente fundamentais para a cultura alemã como um todo. Enquanto vínculos do ambientalismo com o romantismo podem ser estabelecidos, suas relações com a "ética protestante" precisam ser mais solidamente delineadas. De fato, algumas das posições ambientalistas podem efetivamente dialogar com este universo. Em um *folder* da *Conservation International* (1989), onde as linhas programáticas nesta ONG estão traçadas, pode-se encontrar frases como as seguintes: "A véspera angustiada de um novo milênio pode um dia ser lembrada não tanto por sua sucessão de crises, mas pela consciência das forças que dão forma ao futuro da Terra" (p. 1); estamos diante não apenas do limiar de um novo milênio, mas ante um tipo muito diferente de mundo". Eric Zencey, um ambientalista norte-americano, em artigo onde relaciona o movimento ecológico no milenarismo protestante, afirma:

"É irônico que o movimento ecológico, ao oferecer a visão de uma sociedade sustentável, tenha retirado parte de sua força de uma mentalidade que era, por sua própria natureza, não sustentável.¹⁵ (...) Certamente o movimento ecológico estaria melhor – e se desempenharia melhor no futuro – se seus participantes retirassem sua imagem de tempo não da noção romântica de história com a sua redenção apocalíptica, mas da natureza, onde não existe apocalipse

algum – apenas contínuas, e às vezes dramáticas, adaptação e mudança" (Zencey, 1989: 93).

É interessante notar que em um livro, escrito por um economista do Banco Mundial e um teólogo (Daly & Cobb, 1989), a importante noção de biosfera (definida, em última instância, como consciência do pertencimento a uma "comunidade de comunidades") é explicitamente relacionada com uma visão religiosa, cristã protestante do mundo. Para Herman E. Daly e John B. Cobb Jr., neste influente trabalho junto ao público norte-americano, a tentativa de reformar as visões religiosas, éticas, econômicas e políticas passa por uma fusão destes diversos planos, orientada basicamente pela discussão ambientalista, e tendo como parâmetro último a Bíblia. O caminho é ultrapassar o Iluminismo e o decorrente protestantismo moderno individualista, voltando à tradição profética da Bíblia. Nesta perspectiva, o fim último de uma visão biocêntrica é encontrar Deus e não o planeta ou a biosfera. Com efeito,

"(...) o que quer que Deus seja, Deus é também a totalidade inclusiva. A diversidade das partes interconectadas da biosfera dá riqueza ao todo que é a vida divina. A extinção de espécies e a simplificação dos ecossistemas empobrecem a Deus mesmo quando não ameacem a capacidade da biosfera de sustentar a continuidade da vida humana. Assim, o perigo de colapso do sistema de vida não é de forma alguma a única razão para se opor à dizimação das florestas tropicais!" (Daly & Cobb, 1989: 387).

Outra razão para uma rápida difusão do ambientalismo é o fato de que várias de suas temáticas e formas organizativas permitem se aproximar de uma problemática cada vez mais candente gerada dentro da chamada "nova ordem econômica internacional", uma ordem promotora de uma intensa transnacionalização econômica, política e cultural que ameaça uma noção altamente cara aos Estados-Nações, a de soberania. Apesar do fato de ser possível discutir se os Estados-Nações (uma forma de organização sócio-política que se desenvolveu amplamente a partir do século XIX) sobreviverão a um mundo cada vez mais transnacionalizado, eles permanecem operando nos cenários políticos e econômicos de hoje. Por um lado, quando os Estados-Nações vão à guerra, a soberania e a ideologia correlata do nacionalismo têm historicamente previsto uma legitimação poderosa para a perda de vidas humanas. Por outro lado, no mundo contemporâneo, os Estados-Nações continuam altamente interessados na industrialização e no uso intenso de recursos naturais para reforçar seus poderes num contexto competitivo dominado por atores transnacionais. Existe, portanto,

uma contradição, resultante da crescente internacionalização da economia política mundial, entre o conceito de soberania e o de meio ambiente global:

"Soberania absoluta não é mais um conceito aplicável. Assim como a economia global se torna cada vez mais integrada, o mesmo tem ocorrido com os ciclos ecológicos de diferentes regiões e mesmo continentes. Sem uma efetiva 'diplomacia ambiental' que renda acordos bi ou multilaterais para limitar ou banir a produção de substâncias inimigas da integridade ambiental, cada país será deixado à mercê das ações dos outros. A segurança ambiental, assim, depende criticamente de coordenação e cooperação transnacionais" (Pianta & Renner, 1989: 16).

Com as últimas considerações presentes, não é surpresa ver uma tendência incipiente entre segmentos conservadores das elites políticas e administrativas de construir – com o fim do *perigo vermelho* – outro fantasma, o *perigo verde*. Em 1990, por exemplo, um documento da Escola Superior de Guerra do Brasil referia-se ao ambientalismo como uma ameaça à soberania nacional. Evidentemente o assunto é complexo. A ingerência da opinião pública ou de organismos internacionais – especialmente num quadro onde persistem óbvias relações desiguais – sobre assuntos de um Estado-Nação quase nunca é bem-vinda. Por outro lado, as pressões ambientalistas têm acarretado uma retração no fluxo de capitais para o Brasil, em especial para o seu setor elétrico que planeja, a médio prazo, explorar o potencial hidrelétrico da Amazônia. As conseqüências das construções das grandes barragens com seus imensos reservatórios têm, comprovadamente, sido prejudiciais tanto ao meio ambiente quanto às populações locais, beneficiando, em geral, grandes conglomerados políticos e econômicos. Paralelamente, não estão claros, com os rápidos avanços da biotecnologia e da engenharia genética, quais os impactos políticos e econômicos de propostas que aliam conhecimento científico, manipulação tecnológica de material genético e patentes, dando, como ocorre classicamente, aos detentores das últimas direitos a nichos monopólicos no mercado internacional. Esta é, sem dúvida, uma questão crucial para um país como o Brasil, que possui a maior biodiversidade do planeta, grande parte dela na Amazônia.

Mas a complexidade do assunto nos obriga a um duplo movimento. Primeiramente, evitar uma posição que se assemelhe a uma abordagem colonialista ou de dependência sobre a questão da soberania. Aqui cabe reconhecer que em um mundo onde as relações hierárquicas entre os diferentes Estados-Nações prevalecem claramente, temas como o que estamos tratando podem

ser manipulados para a reprodução e a ampliação da desigualdade no sistema. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que de fato a realidade ambiental não conhece fronteiras, criando fenômenos efetivamente transnacionais. Como tratar questões como chuva ácida, o buraco na camada de ozônio e acidentes nucleares, por exemplo, senão no marco de uma cooperação internacional? Desta forma, é tão legítimo que elites políticas do hemisfério norte proponham ação imediata contra a destruição das florestas tropicais quanto que elites políticas do hemisfério sul proponham ação imediata contra, digamos, o complexo industrial-militar que constantemente alimenta guerras e mantém em suas mãos o maior perigo para o futuro do planeta: o arsenal nuclear.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NÚCLEO DURO DA REFORMA UTOPISTA AMBIENTAL

Com sua crescente influência na cena institucional – veja-se, por exemplo, a enorme mobilização de recursos humanos e econômicos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro –, o ambientalismo necessitou um meio termo, movendo-se do ponto extremo do espectro que argumenta (ou argumentava) em termos de crescimento zero ou nenhum crescimento, para uma noção que ainda não está completamente construída, nem é totalmente operacional: desenvolvimento sustentável. Este é o núcleo duro ao redor do qual movimentam-se as tentativas de colocar o ambientalismo cada vez mais fortemente dentro do campo maior de lutas econômicas, ideológicas e políticas relativas ao desenvolvimento. De acordo com um ativo advogado do ambientalismo norte-americano, em 1989 "desenvolvimento sustentado" era mais um slogan "recitado como um *mantra* em Washington e em círculos de desenvolvimento multilateral" (Rich, 1989). Entretanto, já existem esforços que buscam construir uma categoria com uma diferenciação interna que lhe permita alçar-se a princípio organizativo de uma nova visão sobre desenvolvimento.¹⁶ Com efeito, desenvolvimento sustentável tomou forma e impulso no quadro das discussões multilaterais e rapidamente passou a se espalhar por outros segmentos vinculados às ideologias ambientalistas. Ao envolver-se com a própria noção de desenvolvimento, uma noção que, como Marshall Berman (1987) notou, implica uma dialética de destruição/construção, o ambientalismo ganhou importante espaço institucional, mas pode perder – ou já ter perdido? – o seu caráter de uma visão alternativa radical.

Antes de prosseguir nesta linha de argumentação, cabe levantar a questão do que é desenvolvimento sustentado. Há que partir do fato de que se trata de uma noção em elaboração, já que, efetivamente, enquanto idéia, começou a circular apenas no final da década de 80, sobretudo quando o Relatório Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, foi entregue à Assembléia Geral da ONU em 31 de dezembro de 1987. A ênfase em "desenvolvimento sustentável", neste documento, popularizou a expressão, apesar de nele não se ter avançado muito em uma sistematização conceitual. A busca de uma definição do que seria este tipo de desenvolvimento, além de marcada pela própria polissemia da noção de desenvolvimento que permite sua apropriação seletiva por segmentos com variadas orientações político-ideológicas, tem sido realizada mais pelos interessados nesta arena política do que por especialistas acadêmicos em desenvolvimento. Assim, são as ONGs, os órgãos de governo, as agências multilaterais e os empresários que se movimentam ativamente neste terreno.

Poder-se-ia argumentar que propostas como as do *etnodesenvolvimento* (por exemplo Stavenhagen, 1985) e, sobretudo, as de *ecodesenvolvimento*, que se expressam nos trabalhos de autores como Sachs (1986), possuem um maior nível de elaboração. Apesar de evidentemente fazerem parte da genealogia que informa em maior ou menor grau a noção de *desenvolvimento sustentável*, elas têm sido ou subsumidas nesta última ou tendencialmente ignoradas no atual debate político em termos mais amplos.¹⁷ As relações entre ecologistas e indigenistas, apesar de crescentemente localizadas sob um mesmo guarda-chuva, também conformam um campo político diferenciado. Evidentemente, a leitura, no senso comum, de que as populações indígenas detêm um conhecimento harmônico, não destrutivo da natureza, dá um grande peso à eleição do índio genérico como modelo.

Aparentemente, o relativamente baixo desenvolvimento da discussão acadêmica no que se refere à *sustentabilidade* reflete ou uma prudência quanto aos modismos freqüentemente associados às construções de utopias, ou à própria novidade do assunto (ao menos na intensidade com que ele se apresenta no momento). Apesar de, já há alguns anos, o caráter reformista das ideologias ambientalistas ter sido levantado (veja, por exemplo, Cardoso, 1981), não é corrente encontrar um teórico do desenvolvimento que tenha se dedicado a dialogar de frente com a definição de sustentabilidade. Osvaldo Sunkel, por exemplo, quando o faz, parece manter-se nos quadros da tautologia insinuada

pelo próprio termo, basicamente assegurar a continuidade da base natural da produção econômica:

"(...) reinvestir no meio ambiente natural para assegurar sua conservação, sua recuperação, seu melhor conhecimento, sua ampliação, sua reposição, é condição essencial para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento. Para isso se requerem recursos humanos, técnicos, financeiros, institucionais e legais. Tudo isso exige obter fundos adicionais que tornem possível a mobilização destes recursos para aplicá-los ao cuidado do meio ambiente, que é capital e patrimônio ambiental da sociedade. Para tanto, falta uma revalorização das prioridades com que se atribuem os recursos econômicos, uma revalorização que privilegie o cuidado do meio ambiente acima de outras prioridades" (Sunkel, 1990: 52).

Sunkel tem sido um autor influente nas discussões latino-americanas sobre o desenvolvimento, especialmente durante o florescimento das interpretações cepalinas e *dependistas*, freqüentemente classificadas, respectivamente, como desenvolvimentistas e críticas de esquerda (Blomstrom & Hettne, 1984). Não deixa de ser curioso que, ao procurar uma definição de desenvolvimento sustentável, aproxime-se tão fortemente de uma perspectiva harmônica e não conflitiva dos processos econômicos, políticos e sociais envolvidos no drama desenvolvimentista. De fato, é mais nesta direção que a crítica, justificável, de muitos cientistas sociais se tem feito sentir com relação ao ambientalismo em geral e à idéia de desenvolvimento sustentável, em particular. Talvez as facetas mais imediatamente criticáveis se refiram a um campo clássico na análise do desenvolvimento e da expansão de sistemas econômicos: a distribuição desigual de poder político e econômico entre as classes, segmentos e populações que participam do drama desenvolvimentista.

A economia política que subjaz à discussão sobre sustentabilidade de um novo modelo de desenvolvimento é – propositadamente ou não, estrategicamente ou não – muito pouco elaborada, para não dizer ingênua ou omissa. Os últimos parágrafos de um informativo trabalho sobre o cenário provável de uma "sociedade sustentável", no ano 2030, possuem passagens como as que se seguem: "Devido à extenuante pressão que exerce sobre os recursos, o materialismo simplesmente não conseguirá sobreviver à transição para um mundo sustentável. (...) À medida que o acúmulo de riquezas pessoais e nacionais venha a se tornar um objetivo menos importante, a lacuna entre ter e não ter gradualmente se fechará, eliminando muitas tensões sociais. Diferenças ideológicas também poderão desaparecer pouco a pouco, à medida que as nações forem adotando a sustentabilidade como uma causa comum. (...) Com as tarefas

cooperativas envolvidas na restauração da Terra, de tantos modos e tão amplamente, a idéia de travar uma guerra poderá se tornar um anacronismo" (Brown, Flavin & Postel, 1990: 238).¹⁸

Não se trata de não aceitar os aspectos reformistas das proposições, mas sim de não desconsiderar contradições fundamentais do universo construído pela expansão capitalista. Uma delas, e importante sobretudo para países como o Brasil e do chamado Terceiro Mundo, é que um dos elementos centrais do novo modelo seria o respeito às categorias culturais locais tomadas não como impedimento ao crescimento econômico, mas como parte central de sua sustentabilidade. A "Declaração de Manila sobre Participação Popular e Desenvolvimento Sustentável" (1990) provê um bom exemplo.¹⁹ Nela, ao mesmo tempo em que há uma crítica ao modelo prevalescente, há um chamado enfático para um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado na comunidade, e "entendido como um processo de mudança econômica, política e social que não necessariamente necessita envolver crescimento. Comunidades humanas sustentáveis podem ser atingidas somente através de um desenvolvimento centrado no povo (...) [que] procure devolver o controle sobre os recursos ao povo e suas comunidades, para serem utilizados na satisfação de suas próprias necessidades" (Declaração..., 1990: 46). Entre várias outras coisas, menciona-se que este tipo de desenvolvimento é "construído a partir dos valores e cultura do povo" (idem). Sem dúvida, trata-se de uma legítima e importante aspiração, mas que se movimenta, no limite, sobre a linha fina e, neste contexto, paradoxal de aceitar desenvolvimento como categoria universal. De qualquer forma, aqui o dilema político é central e de difícil solução para os que se situam criticamente fora do centro do sistema mundial:

"Se desenvolvimento está associado a um movimento histórico que começa a desdobrar-se na Europa séculos atrás, impondo suas concepções e necessidades por todas as partes, estaremos condenados a um 'eterno retorno' às questões como que tipo de desenvolvimento queremos? Queremos algum tipo de desenvolvimento?" (Ribeiro, 1990: 293).

Sem querer cair em um sociologismo exacerbado, mas considerando o caráter no mais das vezes avassalador e os trabalhos "desiguais e combinados" do desenvolvimento, será possível optar efetivamente em termos localistas radicais? Um pragmatismo histórico nos induziria a crer que não. A história da expansão do sistema político-econômico capitalista, e os antropólogos mais do que ninguém o sabem, é sinônimo de desrespeito às formas de relacionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais das populações nativas. Além do mais,

a economia de mercado, especialmente em um mundo cada vez mais integrado transnacionalmente, torna altamente problemáticas, senão impossíveis, pretensões autárquicas que não estejam sintonizadas com algum nicho diferencial de integração com a economia global (Harvey, 1989). A possibilidade de autonomia, de qualquer forma, traz a necessidade, minimamente, de retomar uma antiga discussão na teoria do desenvolvimento sobre o grau e formas de integração ao sistema político-econômico mais amplo.²⁰ A própria idéia básica de crescimento econômico compatível com a preservação da natureza é passível de ser exposta a severas críticas dada a realidade da história econômica mundial. Mais ainda, desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social, já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. A exploração de um segmento social por outro(s), não sendo problematizada de frente, acaba sendo aparentemente resolvida como mais um subproduto da instalação de um modelo racional, adaptado às realidades do nosso tempo, sobretudo em termos de controle da eficiência do processo produtivo e do crescimento populacional. Não será pelas dificuldades inerentes a coadunar um feixo tão amplo de contradições, sem uma teoria do social que lhes dê sentido, que a idéia de um desenvolvimento sustentável tem sido freqüentemente recebida como uma contradição, em termos, pelos cientistas sociais? (Veja, por exemplo, Santos, 1991.)

Isabel C. M. Carvalho afirma que "para entender melhor a que veio e a quem atende o conceito de desenvolvimento sustentável é preciso fazer sua genealogia, reconstituindo as relações de força que o produziram. Sua matriz é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente. Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gesto desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação das riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como álibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres" (Carvalho, 1991: 11). Sem dúvida, o Relatório Brundtland e outros documentos sobre desenvolvimento sustentável, longe de contestar o

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento.*

crescimento econômico, o coloca como uma solução ao mesmo tempo que acena a bandeira de um melhor "futuro comum", caso este caminho seja trilhado:²¹

"Desenvolvimento sustentável é definido como aquele que 'atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das *gerações futuras* também atenderem às suas' (p. 9); 'é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e *futuras*' (p. 10); 'é um desenvolvimento que mantém possíveis as *opções futuras*' (p. 46); 'é uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento' (p. 53); 'é uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais eqüitativo em seu impacto' (p. 56)" (Santos, 1991: 3).²²

"O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no *futuro*. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas ligados à pobreza e ao desenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios (p. 44)" (Carvalho, 1991:12).

"Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos a mesma oportunidade (p. 46)" (idem).

"A avaliação global desta Comissão é que a economia internacional deve acelerar o crescimento mundial, respeitando porém as limitações ecológicas (p. 97)" (idem).

Na verdade, em se tratando de um processo em curso onde a amplitude do seu espectro ideológico tanto quanto a variabilidade e conflito de interpretações ainda estão sujeitos a oscilações e apropriações múltiplas, a discussão sobre desenvolvimento sustentável também aponta para um esforço de "reeticização" do capital ao incorporar, fundamentalmente, em seus cálculos a preocupação com as gerações futuras, o "conceito de eqüidade intergerações, de caráter profundamente moral" (Brown, Flavin & Postel, 1990: 218).²³ Igualmente importantes são as propostas de reformas e problematizações que dizem respeito ao fim da "obsolescência planejada", à eficiência do uso de recursos energéticos e dos renováveis e não renováveis, ao uso de fontes alternativas de energia como a solar e a eólica, à reciclagem de produtos e controle do desperdício na produção e

no consumo, ao surgimento de uma nova ética de consumo, à conversão dos gastos na corrida armamentista para gastos de alcance social (veja, por exemplo, Brown, Flavin & Postel, 1990). Neste sentido, talvez um dos esforços mais interessantes que vem sendo realizado seja o de mudar os critérios de contabilidade de crescimento, progresso e riqueza, através da modificação dos indicadores utilizados, sobretudo aqueles vinculados ao macrocálculo de desenvolvimento, como Produto Nacional Bruto (PNB):

"os indicadores econômicos são falhos num aspecto fundamental: não fazem distinção entre o uso de recursos que sustentam o progresso e o de recursos que minam o progresso. (...) o PNB inclui a depreciação de maquinarias e equipamentos, porém não leva em conta a depreciação do capital natural, que inclui recursos não renováveis como o petróleo e recursos renováveis como as florestas" (Brown, 1990: 21).

O cálculo do PNB de um país como a Indonésia, que incorporasse o "esgotamento do capital natural, considerando apenas o consumo do petróleo, a erosão do solo e o desmatamento (...) [demonstraria] que a taxa de crescimento econômico da Indonésia, de 1971 a 1984, inicialmente avaliada em 7%, foi na realidade de apenas 4%. O sistema convencional não somente supervaloriza às vezes o progresso como também pode indicar a ocorrência de progresso quando na realidade está havendo queda" (idem).

Hazel Henderson (1990) chama a atenção para o fato de o PNB e outras estatísticas de mensurar crescimento econômico terem sido elaborados na Segunda Guerra Mundial (veja nota 7), transformando-se na *lengua franca* que define o debate global sobre desenvolvimento econômico, servindo preferencialmente aos operadores de câmbio e especuladores dos mercados de capitais (Henderson, 1990: 70). Admitindo que é impossível encontrar "algoritmos de desenvolvimento que sejam adequados para todos os países, já que este foi o erro ao tentar-se espalhar conformidade industrial a todo o planeta em nome de 'crescimento econômico'" (idem: 72), Henderson propõe o uso de estatísticas, algumas já imediatamente disponíveis, sobre um grande conjunto de multidimensionados aspectos de progresso social, para guiar a contabilidade e o planejamento governamental: indicadores de investimento em recursos humanos; habilidades humanas e produtividade; comparações entre orçamentos civis e militares; estoques de capital de infra-estrutura implantada menos depreciação; estoques de capital de recursos naturais, parques, diversidade genética das espécies etc.; qualidade ambiental; eficiência energética; estatísticas de renda per

capita formuladas para mostrar as distâncias entre ricos e pobres; equivalentes de paridade de poder de compra (idem: 73-4).²⁴

O movimento ambientalista brasileiro, na sua vertente mais à esquerda, que engloba movimentos sociais populares e de defesa de minorias étnicas, tem procurado associar problemas ambientais à realidade social.²⁵ Sem entrar na polêmica sobre o status do documento preliminar no governo brasileiro para a Conferência de 92 (CIMA, 1991), creio que passagens como as que se seguem refletem tanto posições do relatório Brundtland como discussões no campo do ambientalismo brasileiro:²⁶

"Já não tem sentido opor meio ambiente e desenvolvimento, pois o primeiro é simplesmente o resultado do segundo. Os problemas de preservação do meio ambiente são os de um desenvolvimento desigual para as sociedades humanas, e nocivo para os sistemas naturais. (...) Retomar o caminho do desenvolvimento supõe o fortalecimento da democracia, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de estabilizar a economia, incorporá-la às correntes de intercâmbio tecnológico mundial, implantar padrões mais austeros de consumo e melhorar a distribuição de renda. Se isto já não constituísse um desafio sem precedentes para a região [América Latina, GLR] e para o Brasil, há consenso a respeito de que qualquer alternativa de desenvolvimento, para que tenha permanência no tempo, terá de ser ambiental e socialmente sustentável, ou seja, terá de dar prioridade às necessidades básicas das gerações atuais e futuras, bem como garantir a renovação dos estoques atuais de recursos" (pp. 3-4).

"Não se deve perder de vista portanto que os problemas ambientais, além de constituírem desafios tecnológicos ou financeiros, são agravados por situações de iniquidade social e desigualdade na distribuição de poder intra e internacional" (p. 4).

"(...) existe consenso de que 'pobreza' e 'degradação ambiental' estão intimamente relacionadas: este, sem dúvida, tende a desaparecer quando se abandona o nível do discurso e procura-se especificar empiricamente as relações de causalidade entre ambos os processos. Se não são poucos os que defendem que a degradação ambiental provoca e agrava as situações de pobreza, igualmente numerosos são os que atribuem à pobreza sócio-econômica a responsabilidade primeira pelo mau uso dos recursos naturais e conseqüente empobrecimento do ambiente físico e humano. (...) Convém sublinhar que predominou uma relação *circular* entre pobreza e degradação ambiental. Com efeito, o círculo vicioso da degradação social e ambiental se estabelece não como

resultado de processos absolutamente independentes, e tão pouco causais entre si, senão a partir de um *estilo de desenvolvimento* que, em definitivo, dispõe sobre os padrões de articulação entre os seres humanos, assim como entre estes e a natureza" (p. 5).

"A análise precedente impõe substituir enfoques ingênuos, exclusivamente 'conservacionistas' acerca da relação entre pobreza e sustentabilidade ambiental, pelo reconhecimento de que os problemas ecológicos revelam disfunções de caráter social e político (os padrões de relações entre seres humanos e a forma como está organizada a sociedade em seu conjunto), assim como decorrem de distorções estruturais no funcionamento da economia (os padrões de consumo da sociedade e a forma como esta se organiza para satisfazê-lo). Tal como foi assinalado anteriormente, o Brasil enfrenta não somente situações de degradação ambiental associadas a 'excesso' de desenvolvimento (isto é, poluição e desperdício de recursos), como situações caracterizadas por condições de 'ausência' de desenvolvimento, ou de desenvolvimento deficiente (isto é, pobreza e desigualdade sócio-econômica). Um enfoque deste tipo, ecopolítico ou ecossocial, parte da base de que a origem dos problemas ambientais se encontra não na complementaridade, senão na oposição histórica entre seres humanos e natureza. Em situações de extrema pobreza isto significa dizer que o ser humano empobrecido, marginalizado ou excluído da sociedade e da economia nacional não possui nenhum compromisso para evitar a degradação ambiental, uma vez que a sociedade não logre impedir sua própria degradação como pessoa. Em poucas palavras, o homem somente protegerá a natureza na medida em que seja protegido. Assume portanto um aspecto central do debate sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável imaginar formas de concertação social que permitam equacionar o conflito homem-natureza no interior de cada sociedade nacional, bem como entre estas e as sociedades do mundo desenvolvido" (p. 6).

Em realidade, inclusive as discussões mais sofisticadas sobre ambiente/desenvolvimento sustentável como as precedentes, que procuram fazer uma sociologia desta relação, apontam, mais do que para o delineamento de um conceito, para uma posição programática, um metarrelato com características utópicas, que estabeleça um campo discursivo comum, possibilitando alianças entre ambientalistas e agentes sociais interessados em crescimento econômico. Em uma conjuntura de crise dos grandes metarrelatos, utopias e ideologias relacionados com o Iluminismo, o fato de se referir a um metarrelato utópico e totalizante proporciona uma alta eficácia ao ambientalismo em geral e lhe permite constituir-se em campo de negociação política.²⁷ Em outras palavras, e reforçando, a crise dos metarrelatos da modernidade, com suas categorias

transcendentais interpretativas e normativas, abre espaço para o desdobramento do ambientalismo como metarrelato da contemporaneidade, que resgata os sonhos do Iluminismo, da razão prática, de racionalidade via adequação dos meios aos fins últimos (planejamento e tecnologias bem articuladas produzem desenvolvimento sustentável) e os funde, em maior ou menor grau, na sua variabilidade de formulações, com uma razão contemplativa, histórica, romântica, que apela para a natureza como modelo de harmonia e possibilidade utópica de sobrevivência. Em síntese, entendo desenvolvimento sustentado como a noção central que articula e neutraliza interesses divergentes internamente ao campo político (in)formado pelo grande metarrelato utópico ambientalista. Por esta razão, torna-se importante deter-se sobre algumas formulações de importantes empresários capitalistas sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUA RECEPÇÃO NO MUNDO EMPRESARIAL

Em trabalho anterior (Ribeiro, 1990), sublinhei que o ambientalismo, além de ser uma ideologia/utopia em crescente expansão e ter tornado obrigatórias palavras como ecologia no léxico de planejadores e políticos, vinha se traduzindo em impactos econômicos palpáveis. O exemplo mais evidente, ao nível macro, continua sendo as medidas contra países como o Brasil que, após um efetivo *lobby* do ambientalismo internacional junto ao Congresso norte-americano e a agências multilaterais, viu importantes empréstimos do Banco Mundial para seu setor elétrico serem sustados devido a problemas ambientais que os enormes projetos hidrelétricos planejados para a bacia amazônica causariam. Com efeito, o fluxo de capital em escala global é, no presente, visivelmente influenciado e regulado pela ação de agências multilaterais, as quais têm sido eficazmente pressionadas por ativistas do ambientalismo americano e europeu (Aufderheide & Rich, 1988). Conseqüentemente, o ambientalismo tornou-se uma questão importante a ser considerada no planejamento de desenvolvimento em escala global.

A seguir explorarei a idéia de que não apenas em um nível mais macro a influência do ambientalismo é cada vez maior. Nesta seção, permanecerei na linha de considerar a discussão sobre desenvolvimento sustentável como indicativa do estabelecimento de um campo de negociações, uma tentativa de encontrar um terreno comum entre ambientalistas, os novos interlocutores neste cenário, os agentes sociais que são (ou eram) considerados os maiores

degradadores da natureza, os empresários, sobretudo aqueles vinculados à indústria, motor do modelo de expansão e crescimento da economia capitalista. Nos basearemos em documentos e artigos que são expressivos deste esforço de construção consensual e em tentativas de definições conceituais em torno da noção (Lorentzen, 1991; Schmitheiny, 1991; Fortes, 1991).

Primeiramente, é interessante notar a iniciativa de elites empresariais internacionais de confeccionar documentos programáticos, como o *Business Charter for Sustainable Development* (Carta de Princípios sobre Desenvolvimento Sustentável), elaborado no âmbito da Câmara de Comércio Internacional e que "contém dezesseis princípios sobre gerenciamento ambiental na indústria" (Lorentzen, 1991: 6). Igualmente importante foi a criação do *Business Council for Sustainable Development* (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), integrado por cinquenta líderes empresariais de várias nações e destinado a assessorar o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, UNCED-92 (Lorentzen, 1991: 6; Fortes, 1991: 5).

Como combinar crescimento e conservação? Ao responder esta pergunta, por ele mesmo formulada, Stephan Schmidheiny, o principal conselheiro para Negócios e Indústria do secretário-geral da UNCED-92 e presidente do Conselho Empresarial mencionado acima, em documento apresentado no "Seminário Meio Ambiente e Desenvolvimento" da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro, em março de 1991, se refere expressamente ao fato de que o desenvolvimento sustentável resultou do confronto/aprendizagem mútua entre empresários e ambientalistas:

"Até poucos anos atrás, a proteção ambiental era basicamente um conceito defensivo (...) [que] estava destinado a chocar-se com a cultura dos negócios baseada em incentivos e empreendimentos. É lógico que ambientalistas e indústrias tornaram-se oponentes. Recentemente, entretanto, cada grupo tem começado a aprender com o outro. (...) O processo de aprendizado mútuo empreendido por ambientalistas e empresários está conduzindo a uma compreensão muito importante da situação ecológica no planeta. O resultado tem sido o que considero o maior progresso até o presente momento na interação entre homem e natureza: o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Esse conceito pode dar continuidade ao desenvolvimento econômico-social, para fazer face às necessidades dos que vivem hoje, sem comprometer a capacidade de futuras gerações enfrentarem suas próprias necessidades" (Schmidheiny, 1991: 8-9).

Stephan Schmidheiny é uma liderança reconhecida entre empresários e executivos participantes deste campo de debates. Tanto Erling Lorentzen, presidente do Conselho de Administração da Aracruz Celulose S.A., quanto Márcio Fortes – o primeiro, membro do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, e, o segundo, seu coordenador executivo no Brasil – mencionam Schmidheiny nos seus artigos aqui citados (Lorentzen, 1991; Fortes, 1991).²⁸ Este empresário suíço tem procurado elaborar uma leitura "positiva" do ambientalismo, que incorpore elementos centrais do mundo dos negócios, como crescimento, mercado, custos e benefícios traduzíveis em uma contabilidade:

"(...) a sociedade ainda está longe de ser sustentável, largamente porque (...) o valor do meio ambiente ainda não está refletido nos preços pelos quais empresários e consumidores fazem suas escolhas no mercado. (...) A questão real é como os empresários podem realmente incluir o valor do meio ambiente nas suas operações e, a partir daí, conservar o mundo natural para futuras gerações" (op. cit.: 9).

"Sob a ótica dos negócios, o desenvolvimento sustentável tem quatro implicações básicas: 1) Uma mudança para a economia de oportunidade que facilite o acesso empresarial aos mercados e à capacidade tecnológica. Isso inclui melhor acesso ao crédito, aos mercados e à tecnologia apropriados. 2) Uma mudança para uma economia de conservação que incentive a inclusão de valores ambientais nas práticas comerciais. Isso significa uma reciclagem, um remanejamento e uma economia de reparo na qual o mundo em desenvolvimento usufruiria de muitas vantagens. 3) Uma mudança para uma economia que promova investimento a longo prazo e lucros reais, ao invés de maximização de lucros a curto prazo. 4) Uma mudança para uma cultura de poupança, ao invés de uma cultura baseada no consumo imediato. Isso se aplica igualmente a indivíduos, corporações e governos" (Schmidheiny, 1991: 9-10).

Fazendo diversos apelos, entre os quais o de que os governos evitem o uso de legislações apenas restritivas, mas também, ao contrário, que procurem "desenvolver uma estrutura legal que mude as regras do mercado para dar incentivos financeiros à atividade industrial sustentável" (p. 10), Schmidheiny termina com uma afirmação que, apesar do tom de cooperação de seu artigo, se levada a cabo dentro das regras de relacionamento econômico prevalescentes, congelaria as relações de força entre os Estados-Nações:

"O ônus para o Norte é liderar o estabelecimento de estruturas econômicas e novas tecnologias que encoragem o desenvolvimento sustentável de uma forma global. Somente dessa maneira poderão os países como o Brasil evitar os mesmos erros que já cometemos no Norte" (op. cit.: 11).

Já Márcio Fortes (1991), em artigo representativo de suas posições em um simpósio denominado "Desenvolvimento sustentável na América Latina: a visão empresarial", além dos elogios ao novo modelo de desenvolvimento emergente e suas vantagens em termos de legado para o futuro e de correções das evidentes distorções da contemporaneidade, se preocupa em resumir um conjunto de critérios, "a partir da ótica e da experiência empresarial", que "devem caracterizar (...) a era do desenvolvimento sustentável". São então listados e desenvolvidos em maior ou menor extensão os seguintes itens: uso parcimonioso dos recursos não renováveis, uso sustentável dos recursos renováveis; melhoria da qualidade ambiental; conservação da biodiversidade; busca do equilíbrio econômico social. Este último teria de considerar a "redução da pobreza; melhoria da distribuição de renda entre indivíduos e regiões; e aceleração da industrialização equalizadora dos países em desenvolvimento" (Fortes, 1991).

As definições de desenvolvimento sustentado de empresários são um índice da recepção das discussões ambientalistas entre industriais "esclarecidos", e como eles tentam casar a idéia de sustentabilidade com várias de suas preocupações, sobretudo com uma das essências da noção de desenvolvimento para o empresário: crescimento. Schmidheiny (1991: 9), por exemplo, afirma que "o crescimento é essencial para promover melhorias na qualidade da existência humana". Para Fortes (1991), "só a aceleração do desenvolvimento poderá engendrar soluções para os problemas ambientais. Enfim, crescer no presente garantindo o futuro". Já para Lorentzen (1991: 5-6), "grande parte dos problemas ambientais que o país enfrenta só será superada através de um processo contínuo de desenvolvimento. Mas este processo só terá sustentabilidade futura e só assegurará a plena inserção do Brasil na comunidade internacional se o meio ambiente for adequadamente protegido. Para isto, o modelo de desenvolvimento brasileiro deve basear-se no conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com este conceito, o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente não são conflitantes, mas complementares, um dependendo do outro. O crescimento econômico gera as condições necessárias para que o meio ambiente seja

protegido. Por outro lado, a proteção ambiental, em equilíbrio com outras necessidades humanas, é fundamental para um crescimento que seja sustentável".

Ao que tudo indica, ao evadir a consideração da diferença de poder político-econômico entre os "sujeitos" e os "objetos" do desenvolvimento, estas interpretações acabam por se alinhar com um tipo de explicação segundo a qual os problemas da miséria e das desigualdades sócio-econômicas serão resolvidos com o crescimento do bolo, tido como pressuposto de uma distribuição mais equitativa da riqueza social.

Além do mais, a inserção do Brasil, por exemplo, na "nova ordem econômica internacional" se dá praticamente (ou pragmaticamente) na mesma posição dependente prevalescente. Como Isabel C. M. Carvalho notou com relação à noção de desenvolvimento sustentado do Relatório Brundtland, "nessa concepção permanecem os financiados e os financiadores. Embora mude a qualidade do desenvolvimento, a distinção entre quem deve guiar e quem deve ser guiado no percurso de transição é mantida" (Carvalho, 1991: 13). Esta autora aponta, ainda, para o caráter essencial de reforma desta "nova" proposição: "O desenvolvimento sustentável reafirma o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, na medida em que propõe um melhor manejo de seus custos sociais e ambientais. O fato de advogar uma sociedade mais produtiva com um menor custo sócio-ambiental não implica necessariamente uma opção por uma ordem mais justa e participativa. Pode-se chegar a um alto nível de eficiência, com novas e 'limpas' tecnologias, e até mesmo com uma diminuição dos índices de pobreza absoluta, sem que se altere significativamente o grau de participação política e a ética das relações sociais" (idem).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Em 1979, já dentro do período que anunciava e amadurecia a crise das formulações ideológicas/utópicas do século XIX ainda amplamente em vigor no século atual, Alvin Gouldner procurava, nos marcos da suposição da existência de *um* grande sujeito transformador da realidade social, definir a existência de uma nova classe formada por uma aliança de intelectuais e técnicos fundada sobre a detenção e manipulação do saber.²⁹ Esta concepção de que os homens que detêm o saber ou a informação são os que irão ou deveriam deter o poder tem uma longa genealogia desde a República de Platão até Lyotard (1990), passando

por Saint-Simon (1965). O filósofo francês Lyotard, para muitos o primeiro filósofo do pós-modernismo, considera o seguinte:

"Sabe-se que o saber tornou-se nos últimos decênios a principal força de produção, que já modificou sensivelmente a composição das populações ativas nos países mais desenvolvidos e constitui o principal ponto de estrangulamento para os países em vias de desenvolvimento. Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-Nações. Esta situação constitui mesmo uma das razões que faz pensar que o afastamento em relação aos países em vias de desenvolvimento não cessará de alargar-se no futuro. (...) Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder" (1990 [1979]: 5).

Um dos principais autores do debate sobre pós-modernismo, o arquiteto Charles Jencks, caminha na mesma direção e chega a cunhar um nome para a nova classe, o *cognitariado* (em óbvia alusão ao termo *proletariado*):

"Em um mundo pós-moderno, o fato social fundamental é o crescimento revolucionário daqueles que criam e passam informação ou, para dizê-lo de outra forma, a súbita emergência do que parece ser uma nova classe, a substituição do *proletariado* pelo *cognitariado*. Mas claro que estes novos trabalhadores não são classe trabalhadora, nem exatamente classe média, mas sim uma *paraclasse*. Estatisticamente, a sua maioria é de funcionários, secretários, pessoas no ramo dos seguros, dos mercados de capitais, professores, gerentes, burocratas governamentais, advogados, escritores, bancários, técnicos, programadores e contadores. Seus salários diferenciam-se tanto quanto seu modo de vida e status e, supondo-se que se pudesse subdividir este grande grupo em camadas, finalmente graduadas desde *cognicratas*, no topo, a *cogniproles*, na base, as distinções seriam amplamente ilusórias, porque as divisões internas estão sempre mudando com relação umas às outras, já que há uma mudança constante de empregos e suas especificações. Indivíduos movem-se internamente ao grupo abrangente. Faz mais sentido contrastar esta *paraclasse* com grupos históricos anteriores, para entender mudanças em poder e na produção" (Jencks, 1989: 44).

Se há algo estimulante na crítica pós-moderna é a sua pretensão de interpretar o presente sem medo de romper com os cânones recebidos. Ao procurar posicionar-se diante das poderosas mudanças em curso, os pós-modernos tornam-se altamente sensíveis aos ventos correntes e ousam formular

alternativas interpretativas. Há um aspecto que cabe ressaltar. Ao procurar um "novo sujeito da história", ou onde ancorar as relações de poder político e de transformação, alguns autores pós-modernos não deixam de mover-se em um universo de preocupações próximo ao marxismo clássico. Com a emergência exuberante e avassaladora do capitalismo industrial no século XIX, fazendo com que tudo que é sólido se desmanchasse no ar, Marx propõe a existência de duas classes fundamentais vinculadas à dinâmica da grande indústria. No final do século XX, com o capitalismo transnacional, planetarizado, na era da imediatez e simultaneidade, quando a indústria têxtil e a própria metalurgia deixaram de ser (em um caso há mais tempo, noutra mais recentemente) setores de ponta para a acumulação, e as indústrias eletrônica, de informação e de comunicação tomam a dianteira em todos os sentidos, se modificam, por exemplo, relações de trabalho, ideologias de gerenciamento, distribuição geográfica e organização do processo produtivo, a importância do capital financeiro unificado globalmente via satélite e as posições internas ao sistema mundial. Neste clima de transformações, onde as perplexidades e incertezas se instauram, não parece estranho que se tente interpretar uma "nova classe", uma "paraclasse" com relação ao feixo mais evidente de atores que ganham crescentemente peso nas determinações da reprodução da vida social contemporânea.

Neste sentido, o trabalho de Alvin Gouldner, polêmico, sem dúvida, representa um esforço diferenciado de procurar delinear esta "nova classe". Neste texto, é interessante notar que, para Gouldner, antes mesmo de o "ambientalismo" ter a visibilidade que tem, a "ecologia ambientalista" e a teoria dos sistemas eram algumas das ideologias centrais da "nova classe". A "nova ideologia ecológica" propiciaria maior iniciativa de ação, se caracterizaria por ser "multicientífica", possibilitando um arco de alianças amplo entre "vários tipos de *intelligentsia* técnica" e – via rechaço ao domínio sobre a natureza – "intelectuais humanistas" (Gouldner, 1980: 65). Gouldner menciona os antecedentes românticos da ecologia e o fato de ela se basear em uma metáfora orgânica para diferenciá-la da teoria de sistemas (que "apela a una metáfora mecanicista más afín a la conciencia tecnocrática", p. 65). Desta forma

"Si la ecología tiene un fuerte matiz populista, la teoría de sistemas está imbuída de um elitismo más fuerte (...) Pero ambas ideologías apuntan tácitamente al problema de la *desunión* de la Nueva Clase, y pueden ser interpretadas como diferentes esfuerzos para tender un puente entre sus diversas facciones rivales y divergentes. Sin embargo, el elitismo de la teoría de sistemas circunscribe la solidaridad social que puede promover, limitándola – a lo sumo – a la *intelligentsia* técnica; la capacidad de la ecología para promover la unidad,

aunque también en una visión multicientífica, es, al menos en algunas de sus versiones, accesible para un público más vasto y puede engendrar una solidaridad más amplia, que incluye a los humanistas tanto como a la *intelligentsia* técnica" (Gouldner, 1988: 66).

Além destas características levantadas por Gouldner e que dizem respeito a aspectos gerais do ambientalismo, cabe, para finalizar, ressaltar as características de utopia presentes na idéia de desenvolvimento sustentado e que se movimentam em parâmetros de racionalidade próximos, senão idênticos, aos do projeto Iluminista: manipulação do futuro; suspensão de conflitos e correção de deficiências através da implementação de uma solução ótima; apelo à possibilidade de estabelecer uma etapa mais avançada do que a anterior, se determinado modelo for estabelecido e seguido; conceber a humanidade como uma só e com o mesmo destino *universal* (organizando-a sob um mesmo eixo temporal como ocorre com a idéia de progresso – destino, aqui, sendo uma categoria fundamental de *futuro* comum); recuperação de uma noção de totalidade centralizada na relação homem/natureza e na construção de uma visão holística da realidade; manutenção do planejamento como requisito fundamental, já que desenvolvimento sustentável requer uma nova e complexa síntese de planejamento nacional adequada às novas tecnologias e contratos sociais.

TABELA 1*

CONSERVATION INTERNATIONAL

Endereço: 1015 18th St. N.W. – Washington, D.C. 20036

Telefone: (202) 429-5660

Fundação: 1987. Membros: 2.700. Pessoal Administ.: 42, nos EUA. Orçamento Anual: US\$ 3,8 milhões. Política brasileira: Provavelmente interessada na criação e manutenção de uma reserva biológica, mas sua política brasileira ainda está sendo formulada.

ENVIRONMENTAL DEFFENSE FUND

Endereço: 1616 P. St. N.W. – Washington, D.C. 20036

Telefone: (202) 387-2100

Fundação: 1968. Membros: 100 mil. Pessoal Administ.: 80, mais 16 advogados. Orçamento Anual: US\$ 5,8 milhões em 1987. Política brasileira: *Lobby* junto ao Banco Mundial e ao BID, quando as condições ambientais dos empréstimos não são cumpridas, contato próximo com seringueiros no Acre.

GREENPEACE FOUNDATION

Endereço: 1436 U St. N.W. – Washington, D.C. 20009

Telefone: (202) 462-1177

Fundação: 1971. Membros: 2,5 milhões no mundo. Pessoal Administ.: 200, nos EUA. Orçamento: US\$ 22 milhões em 1987. Política brasileira: Interessada principalmente na preservação da floresta tropical; provavelmente abrirá escritório no Brasil proximamente.

NATIONAL WILDLIFE FEDERATION

Endereço: 1400 16th St. N.W. – Washington, D.C. 20036

Telefone: (202) 797-6603

Fundação: 1936. Membros: 5,8 milhões no mundo. Pessoal Administ.: 650, nos EUA. Orçamento Anual: US\$ 70 milhões. Política brasileira: Trabalho com a ETF fazendo *lobby* junto aos bancos multilaterais; trabalho no Brasil com SOS Mata Atlântica, Funatura, Instituto de Estudos Amazônicos.

NATURAL RESOURCES DEFENSE COUNCIL

Endereço: 1350 New York Ave., N.W. – Washington, D.C. 20005

Telefone: (202) 783-7800

Fundação: 1970. Membros: 104 mil. Pessoal Administ.: 135. Orçamento Anual: US\$ 11 milhões. Política brasileira: Faz *lobby* junto ao Banco Mundial com outros grupos para assegurar a preservação da floresta tropical.

NATURE CONSERVANCY

Endereço: 1815 North Lynn St. – Arlington, V.a. 22209

Telefone: (703) 841-5300

Fundação: 1951. Membros: 1 milhão. Pessoal Administ.: mil. Orçamento Anual: US\$ 58 milhões em 1988. Política brasileira: Serve como consultora gratuita para grupos que desejem comprar grandes extensões de terra para reservas naturais.

WORLD RESOURCES INSTITUTE

Endereço: 1709 New York Ave., – Washington, D.C. 20006
Telefone: (202) 638-6300

Fundação: 1982. Membros: Não é uma organização deste tipo. Pessoal Administ.: 85. Orçamento Anual: US\$ 4,2 milhões. Política brasileira: Sobretudo uma organização de pesquisa e *think tank*, não oferece bolsas nem administra programas; realizou um seminário no Brasil em 1988 sobre os "Swaps" de conversão da dívida em investimentos ambientais.

WORD WILDLIFE FUND

Endereço: 1250 24th St. N.W. – Washington, D.C. 20037
Telefone: (202) 293-4800

Fundação: 1961. Membros: 600 mil. Pessoal Administ.: 150, nos EUA. Orçamento Anual: US\$ 35 milhões em 1990. Política brasileira: Provê bolsas para ONGs brasileiras que fazem pesquisas ecológicas, educação ambiental e treinamento de conservacionistas; tem trabalhado com SOS Mata Atlântica, Funatura, Jardim Botânico, Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, Museu Goeldi.

TOTAL: US\$ 200,800,000.00. PESSOAL: 2.358. MEMBROS: 10 milhões.

* Agradeço ao boletim *Brasil Watch* a permissão para reproduzir estes dados. As informações são de 1989.

NOTAS

(1) Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada e discutida junto ao *ôrésauò* sobre "Cultura e Desenvolvimento" do Instituto de Estudos da Religião (ISER), Rio de Janeiro, durante o ano de 1991. Agradeço as sugestões de Carlos Eduardo Rabelo de Mendonça, Maria Laura Viveiros

de Castro, Luis Eduardo Soares, Lygia Segala, Otávio Guilherme Velho, Regina Novaes e Rubem César Fernandes. Como de praxe, é inteiramente minha a responsabilidade pelos conteúdos deste texto.

(2) Como se verá, desenvolvimento, neste texto, será designado como noção, ideologia, utopia e sistema ideacional. Efetivamente ele pode se referir desde a uma tentativa de sistematização acadêmica para a interpretação de mudança sócio-econômica até a conjuntos de idéias que orientam e legitimam a ação dos atores sociais.

(3) Sobre modernidade, veja-se, por exemplo, a polêmica Herman/Anderson (Berman, 1987 e 1989; Anderson, 1989), artigos como os de Habermas (1989) e livros como os de Rouanet (1987). F. Robertson, em um dos melhores trabalhos sobre a relação antropologia/desenvolvimento/planejamento, aponta para mistificação ao redor da planificação de desenvolvimento e afirma que, na disjuntiva entre o conhecimento popular e racionalidade estatal-tecnocrática, marcada por relações assimétricas de poder, em realidade "ninguém tem uma compreensão adequada de desenvolvimento planejado" (1984: 305).

(4) Nas Ciências Sociais, desenvolvimento é um tópico sobre qual uma vasta literatura tem sido produzida. Contemporaneamente, é cada vez mais comum ter autores de diferentes disciplinas e nacionalidades que afirmam a existência de uma crise nos "modos de pensar desenvolvimento". Para interpretações sobre as mudanças na realidade contemporânea assim como sobre seus efeitos sobre a teoria do desenvolvimento, veja, por exemplo, Harvey (1989), Zentes (1988), Dube (1988) e Frankel (1987). Veja também Binder (1986).

(5) Aqui cabe lembrar que Auguste Comte, fundador do positivismo, filosofia da maior importância para a consolidação de uma visão do mundo e uma perspectiva de história ajustadas à consolidação da razão técnico-científica própria ao industrialismo e seus aparatos burocrático-administrativos, foi discípulo de Saint-Simon. Para o que se segue, ver, por exemplo, Herman (1987: 71-2), Durkheim (1958) e Perroux (1965).

(6) Henderson (1990: 69), ao criticar o economicismo dos indicadores econômicos e dos itens mais comumente aceitos em sistemas de contabilidade nacional, afirma: "Não apenas essas estatísticas per capita escondem as diferenças crescentes entre ricos e pobres em muitos países, mas também desconhecem inteiramente a estimativa de 50% de todas as atividades produtivas, mesmo nos países industrializados, não pagas e informais. Estes e outros erros nas contabilidades nacionais advêm do fato de que foram desenhadas na Segunda Guerra Mundial para fins militares e estratégicos, mais do que para objetivos humanos e de desenvolvimento social".

(7) Retomarei esta questão mais adiante.

(8) Não deixa de ser provocativa a contemporaneidade dos comentários de Manheim (1972: 275-6), publicados originalmente em 1929, também num contexto de muitos desencantos: "Neste estágio maduro e adiantado de desenvolvimento, a perspectiva total tende a desaparecer em proporção ao desaparecimento da utopia. Somente os grupos de extrema esquerda e de extrema direita, na vida moderna, acreditam haver uma unidade no processo de desenvolvimento (...) Toda vez que a utopia desaparece, a história deixa de ser um processo que conduz a um fim último. O quadro de referência de acordo com o qual avaliamos os fatos deixa de existir, restando-nos uma série de acontecimentos, todos idênticos no que se refere à sua significação interna. Desaparece o conceito de tempo histórico, que conduzia a época qualitativamente diferente, e a história se torna cada vez mais semelhante ao espaço não diferenciado. Todos os elementos de pensamento enraizados nas utopias são agora vistos de um ponto de vista cético e relativista".

(9) "Abandonando una perspectiva futurista que enfoca los problemas exclusivamente a través de algun modelo de sociedad futura, nos abrimos a las tensiones y contradicciones existentes. Ellas pierden su conotación peyorativa. Ya vimos la valorización de la heterogeneidad por parte de la cultura postmoderna. Ella permite enfrentar la complejidad social sin pretender reducirla de

inmediato. Hoy ya no se trata tanto de tolerar el discurso (que remite a un sentido comun o mayoritario) como de fomentar una multiplicidad de sentidos, sin presuponer una instancia última. Desde este punto de vista, la incertidumbre es un rasgo distintivo de la postmodernidad. No obstante esa nueva disposición por asumir la ausencia de certezas, ello tiene un límite. Más allá de cierto punto, el desencanto deja de ser una benéfica pérdida de ilusiones y se transforma en una peligrosa pérdida de sentido" (Lechner, 1988: 135).

(10) Minhas próprias concepções sobre esta questão estão baseadas no clássico de Karl Mannheim (1972) e no trabalho de Paul Ricoeur (1986).

(11) Para uma história do ambientalismo no Brasil contemporâneo, onde são exploradas suas diferenças, veja Viola (1987, 1991). Anna Bramwell (1989), em seu livro sobre a história do ambientalismo internacional, mostra a complexidade político-ideológica do movimento ecológico.

(12) Segundo a mencionada autora "... havia apoio no mais alto nível de poder Nazista para as idéias ecológicas – especialmente se se incorpora a atitude de Hitler e Himmler sobre vegetarianismo e direitos animais" (Bramwell, 1989: 196); "havia dois níveis de apoio ecológico no Terceiro Reich. O primeiro ao nível ministerial, o segundo ao nível de planejamento e administrativo" (p. 197). Bramwell cita a presença de altos funcionários, alguns célebres como Rudolf Hess, e, num contexto de disseminação de idéias naturistas e antroposóficas, fatos como a preocupação com a "retenção de plantas selvagens para formar um banco de gens e de potencial de resistência"; posições antifertilizantes artificiais, pró-agricultura natural, simples, mais camponesa, independente do capital. Além disso, a "Alemanha Nazista foi o primeiro país na Europa a criar reservas naturais" (p. 199), criou leis para proteger o habitat da vida selvagem, leis antiviviseção e teve atuação intensa na proteção das florestas.

(13) Veja Tabela I, no final do texto, para uma seleção de algumas das mais importantes. De fato há grupos de origem e atuação radicais nos Estados Unidos. Agradeço a Eduardo Viola por levantar a questão, bem como por me informar de que "a pesquisa empírica aponta para a vinculação entre as culturas ambientalistas e liberal e, em doses menores, também a radical, nos EUA" (comunicação pessoal).

(14) A respeito de outro influente paradigma na discussão sobre desenvolvimento, Leonard Binder (1986: 10) afirma o seguinte: "Muitos críticos da teoria liberal do desenvolvimento têm argumentado que ela pode ser melhor entendida como um reflexo ideológico dos interesses capitalistas americanos e imperialistas do terceiro mundo. Apesar de isto não ser totalmente incorreto, creio que a origem da teoria liberal do desenvolvimento se encontra numa extensão bastante natural do paradigma dominante (ideológico, é claro) a este novo campo, da aspiração, senão da convicção, de que o pluralismo pragmático poderia ser a base de uma ciência universal da política tanto quanto uma explicação e justificativa do sistema político americano". E complementa: "Esta teoria liberal do desenvolvimento foi virtualmente ubíqua no final dos anos 50, começo dos 60. Seu defeito não está em subordinar os interesses das nações em desenvolvimento à classe governante nos Estados Unidos, mas em estender uma imagem de nós mesmos, como alguns liberais gostariam que fôssemos, às potencialidades de outros países muito diferentes" (op. cit.: 11-2).

(15) *Apocaliticismo* que para Zencey "preenche um desejo de escapar ao fluxo de tempo real e ordinário, para fixar o fluxo da história em um único momento de importância aplastadora".

(16) O trabalho mais avançado nesta direção é o do economista David Pearce com os seus colaboradores (Pearce et al., 1989). O livro de Daly & Cobb (1989) também aponta para este objetivo.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento.

O Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial tem produzido vários trabalhos numa perspectiva similar (ver, por exemplo, Dixon & Fallon, 1989; Costanza et al., 1990).

(17) Sobre etnodesenvolvimento, veja-se também Davis (1988), UNESCO (1981) e o livro *Autodesarrollo indígena en las Américas* (IWGIA, 1989), onde etnodesenvolvimento foi substituído por "autodesarrollo indígena", aparentemente porque os participantes indígenas do simpósio organizado pelo "International Work Group for Indigenous Affairs" "no gustaran del concepto 'etno-desarrollo', y prefirieron ver cualquier desarrollo en la forma de autodeterminación" (IWGIA, 1989: 10).

(18) Este livro, *Salve o planeta. Qualidade de vida – 1990*, do "World Watch Institute", é o sétimo volume de uma série amplamente consumida em todo o mundo, inclusive em mais de 800 cursos em colégios e universidades norte-americanos. Além do português, está publicado em espanhol, árabe, chinês, japonês, indonésio, alemão, italiano, polonês, francês, russo e inglês, e naturalmente o será em norueguês, sueco, holandês, húngaro e coreano.

(19) Esta declaração resultou de um encontro de 31 associações de lideranças da África, Sudeste Asiático, Sul da Ásia, Pacífico Sul, América Latina, Caribe, América do Norte e Europa, em Manila, Filipinas, de 6 a 10 de junho de 1989 (Declaração..., 1990: 45).

(20) Sem dúvida também levanta interessantes questões quanto ao lugar e eficácia da resistência indígena e popular à destruição de seus repertórios culturais.

(21) As citações do Relatório "Nosso Futuro Comum" (1987), ou relatório Brundtland, são feitas a partir de Santos (1991). Também são utilizadas definições encontráveis na versão preliminar dos "Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" (CIMA, 1991).

(22) As citações de Santos foram retiradas de CMMAD (1988). Os grifos são meus.

(23) Agradeço a Luís Eduardo Soares e a Rubem César Fernandes por chamarem a atenção para este importante aspecto.

(24) Não se pode deixar de notar que em diversos modos esta discussão se assemelha às críticas feitas pela sociologia do desenvolvimento, nas décadas de 60 e 70, ao economicismo reducionista e ocultador das diferenças sociais dos grandes indicadores de desenvolvimento como, por exemplo, renda per capita.

(25) A influência do chamado sócio-ambientalismo é patente no Brasil. No V Encontro do Fórum das ONGs Brasileiras, ocorrido entre 1º de maio e 2 de junho de 1991 e preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, se compôs a Nova Coordenação Nacional do fórum, que contava então com quase mil entidades filiadas. Ficou assim: "ONGs: SOS Mata Atlântica; EDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação; FASE Nacional – Federação dos órgãos de Assistência Social e Educação; AS-PTA – Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa; BASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; SER – Instituto Superior de Estudos da Religião. MOVIMENTOS SINDICAIS: CUT Nacional; CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; Movimento de Mulheres; Movimento Negro; Movimento Juventude; Movimento Indígena; CRAB – Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens; FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro. REPRESENTAÇÃO REGIONAL: No sul, UPAN (RS), União Protetora do Ambiente Natural, Fórum Estadual (SC); no norte, Fórum Permanente de Debates da Amazônia (AM); no nordeste, SEAN – Secretaria das Entidades Ambientais do Nordeste (Caatinga – PE), Fórum Estadual (BA), Fórum Rio Parnaíba

(PI); no sudeste, Fórum de Minas (MG), Apedema (SP), Fórum Rio (RJ), Apedema (RJ); no centro-oeste, Viva Alternativa (DF)" (INESC, 1991: 8).

(26) A polêmica sobre este documento preliminar, encomendado a cerca de 80 especialistas em temas ambientais e correlatos, gira em torno da sua responsabilidade. A profusão de autores confere a estes "Subsídios Técnicos" um caráter desigual tanto em termos técnicos quanto ideológicos, que dá, freqüentemente, a impressão de se estar diante de uma colcha de retalhos. Sublinhe-se que vários dos autores são acadêmicos de grande reputação, alguns com expressiva liderança tanto no meio acadêmico quanto em ONGs.

(27) "Por metarrelatos se entienden las categorías trascendentales que la modernidad se ha forjado para interpretar y normar la realidad. Estas categorías obedecen al proyecto Iluminista y tienen por función integrar, bajo una dirección articulada, el proceso de acumulación de conocimientos, de desarrollo de las fuerzas productivas y de ordenamiento sociopolítico. Así, categorías tales como la progresión de la razón, la emancipación del hombre, el autoconocimiento progresivo o la autonomía de la voluntad, fueron elaboradas para dar sentido unitario al amplio espectro de fenómenos políticos, procesos sociales y manifestaciones culturales. Todos estos metarrelatos se remiten, a su vez, a una glorificación de la idea de progreso, es decir, a la convicción de que la historia marcha en una direccionalidad determinada en la que el futuro es, por definición, superación del presente. Los metarrelatos constituyen, en suma, categorías que tornan la realidad inteligible, racional y predecible. (...) En esto, tanto el liberalismo clásico como el marxismo se inspiran en una matriz iluminista común, invocando principios universales que por mucho tiempo han exhibido enorme capacidad movilizadora" (Hopenhayn, 1988: 61-2).

(28) Eliezer Batista, presidente da Rio Doce Internacional, é outro membro brasileiro deste conselho (Lorentzen, 1991: 7).

(29) O livro de Gouldner foi publicado em espanhol em 1980.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. "Modernidad y Revolución". In Nicolás Casullo (org.), *El debate modernidad post-modernidad*. Buenos Aires, Puntosur, 1989.
- AUFDERHEIDE, Pat e RICH, Bruce. "Environmental Reform and the Multilateral Banks", *World Policy Journal*. Spring, 1988.
- BERMAN, Marshall. "O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento". In Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. "Las Señales en la Calle (Respuesta a Perry Anderson)". In Nicolás Casullo (org.), *El debate modernidad post-modernidad*. Buenos Aires, Puntosur, 1989.
- BINDER, Leonard. "The Natural History of Development Theory", *Comparative Studies in Society and History*, 28: 3-33, 1986.
- BLOMSTROM, Magnus e HETTNE, Bjorn. *Development Theory in Transition. The Dependency Debate and Beyond: Third World Responses*. Londres, Zed Books, 1988.

- BLAKEMORE, Anne. *Ecology in the 20th Century. A History*. New Haven & Londres, Yale University Press, 1989.
- BROWN, Lester B. "A História dos progressos". In Lester Brown (org.), *Salve o planeta. Qualidade de vida - 1990*. Worldwatch Institute, São Paulo, Globo, 1990.
- BROWN, Lester B., FLAVIUM, Christopher e POSTEL, Sandra. "O planejamento de uma sociedade sustentável". In Lester Brown (org.), *Salve o planeta. Qualidade de vida - 1990*. Worldwatch Institute, São Paulo, Globo, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "El desarrollo en Capilla". In Rolando Franco (org.), *Planificación social en América Latina y el Caribe*. Santiago, ILPES/UNICEF, 1981.
- CARVALHO, Isabel C. M. *A Eco-Democracia*. PG 69, maio/junho, 1991: 10-14, Rio de Janeiro, 1991.
- CASULLO, Nicolás (org.). *El debate modernidad post-modernidad*. Buenos Aires, Puntosur, 1989.
- COSTANZA, Robert, Ben Haskell, Laura Cornwell, Herman Daly e Twig Johnson. *The Ecological Economics of Sustainability: Making Local and Short-Term Goals Consistent with Global and Long-Term Goals*. Environment Working Paper no. 32, Environment Department, The World Bank, 1990.
- CIMA - Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). *Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMA*. Brasília, julho de 1991. Imprensa Nacional, 1991.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CONSERVATION International. *Conservation in an Age of Confluence*. Washington, D.C., 1988.
- DAHL, Gudrun e Anders Hjort. "Development as Message and Meaning", *Ethnos*, 49: 165-85, 1984.
- DALY, Herman E. e John B. Cobb, Jr. *For the Common Good. Redirecting the Economy Toward Community, the Environment and a Sustainable Future*. Boston, Beacon Press, 1989.
- DAS - Departamento de Antropologia Social. *Development as Ideology and Folk Model*. Programa de Pesquisa do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Estocolmo, s.d.
- DAVIS, Shelton H. "Indigenous Peoples, Environmental Protection and Sustainable Development". *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*. Sustainable Development Occasional Paper, 1988.
- DELVAILLE, Jules. *Essai sur l'Histoire de l'Idée de Progres jusqu' à la fin du XVIII siecle*. Geneve, Slatkine Reprints, 1969 (primeira ed., p. 1910).
- DECLARAÇÃO de Manila sobre Participação Popular e Desenvolvimento Sustentável. The Manila Declaration on People's Participation and Sustainable Development. *IFDA dossier*, 1975-6: 45-50, jan./abr., 1990.
- DIXON, John A. e Louise A. Fallon. *The Concept of Sustainability: Origins, Extensions, and Usefulness for Policy*. Division Working Paper no. 1989-1. Environment Department. The World Bank, 1989.

- DODDS, E. R. *The Ancient Concept of Progress, and other essays on Greek literature and belief*. Oxford, Oxford University Press, 1973.
- DUBE, S. C. *Modernization and Development. The Search for Alternative Paradigms*. Londres, Zed Books, 1988.
- DURKHEIM, Emile. *Socialism and Saint-Simon*. Editado com uma "Introdução" por Alvin W. Gouldner. Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1958.
- FORTES, Márcio. "O desenvolvimento sustentável", *Jornal do Brasil*, Caderno "Ecologia", 22/7/1991, p. 5.
- FRANKEL, Boris. *Los utopistas post-industriales*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1987.
- FURTADO, Celso. "Da ideologia do progresso à do desenvolvimento". In *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- GOULDNER, Alvin W. *El futuro de los intelectuales y la nueva clase*. Madrid, Alianza Editorial, 1980.
- HABERMAS, Jurgen. "Modernidad, un proyecto incompleto". In Nicolás Casullo (org.), *El debate modernidad postmodernidad*. Buenos Aires, Puntosur, 1989.
- HARVEY, David. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford, Basil Blackwell, 1989.
- HENDERSON, Hazel. "New Indicators for Culturally Specific, Sustainable Development". *IFDA Dossier*, 75/76: 68-76, jan./abr., 1990.
- HOPENHAYN, Martín. "El debate postmoderno y la dimensión cultural del desarrollo". In Fernando Calderón (org.), *Imágenes desconocidas. La modernidad en la encrucijada postmoderna*. Buenos Aires, CLACSO, 1988.
- INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos. *Informativo INESC*, ano V, n. 14, Brasília, 1991.
- IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs. *Autodesarrollo indígena en las Américas*. Copenhague, IWGIA, 1989.
- JAMESON, F. "Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism", *New Left Review*, 145: 53-92, 1984.
- JENCKS, Charles. *What is Post-Modernity?* Londres/Nova York, Academy Editions/St. Martin's Press, 1989.
- LECHNER, Norbert. "El desencanto postmoderno". In Fernando Calderón (org.), *Imágenes desconocidas. La modernidad en la encrucijada postmoderna*. Buenos Aires, CLACSO, 1988.
- LORENTZEN, Erling. "Gerenciamento ambiental na indústria", *ECORIO*, ano 1, n. 2: 5-7, Rio de Janeiro, 1991.
- LYNTON, Nandani. *Holism and Individualism in Green Party Ideology*. Trabalho apresentado na 88ª Reunião da Associação Americana de Antropologia, Washington, D.C., 1989.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 3 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1990.
- MANHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento.*
- MAYBURY-Lewis, David. *Development and Human Rights. The Responsibility of the Anthropologist.* Trabalho apresentado no "Seminário Internacional sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos", ABA/UNICAMP, Campinas, 5 a 6 de abril de 1990.
- PEARCE, David, MARKANDYA, Anil & BARBIER, Edward B. *Blueprint for a Green Economy.* Londres, Earthscan Publications Ltd., 1989.
- PERROUX, François. "Leitura do saint-simonismo e leitura do nosso tempo". In *Indústria e criação coletiva.* Lisboa, Livraria Moraes Editora, 1965.
- PIANTA, Mario & RENNER, Michael. "The State System and the Consequences for Environmental Degradation". In *Ecological Security and Peace.* Número especial do International Peace Research Newsletter. Rio de Janeiro, vol. XXVII, n. 1, 1989.
- QUIJANO, Anibal. "Modernidad, identidad y utopía en América Latina". In Fernando Calderón (org.), *Imágenes desconocidas. La modernidad en la encrucijada postmoderna.* Buenos Aires, CLACSO, 1988.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. "Latin America and the Development Debate", *Indian Journal of Social Science*, vol. III, n. 2: 271-95, 1990.
- RICH, Bruce. "Conservation woes at the World Bank", *The Nation*, 23 de janeiro, 1989.
- RICOEUR, Paul. *Lectures on Ideology and Utopia.* Nova York, Columbia University Press, 1986.
- ROBERTSON, A. F. *People and the State: an Anthropology of Planned Development.* Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo.* São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.* São Paulo, Edições Vértice, 1986.
- SAINT-SIMON, C. H. de. *La Physiologie Sociale. Oeuvres Choisies.* Introdução e notas de Georges Gurvitch. Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
- SANTOS, Selene Herculano dos. *Reflexões críticas sobre o Relatório Brundtland: as questões do "Desenvolvimento sustentável" e da nova ordem econômica internacional.* Rio de Janeiro, Grupo de Defesa Ecológica — GRUDE, 1991, mimeo.
- SCHMIDHEINY, Stephan. *Desenvolvimento sustentável: um desafio global para a indústria.* *ECORIO*, ano 1, n. 2: 8-11, Rio de Janeiro, 1991.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista", *Anuário Antropológico*, 85: 11-44, 1985.
- SUNKEL, Osvaldo. "El desarrollo sustentable: del marco conceptual a una propuesta operacional para Chile", *Ifda Dossier*, n. 75/76: 51-62, 1990.
- SZENTESI, Tamás. *The Transformation of the World Economy. New Directions and New Interests.* Londres, Zed Books, 1988.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Reunión de expertos sobre etnodesarrollo y etnocídio en América Latina.* San José, Costa Rica, 1981.

- VIOLA, Eduardo. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica".
In : José Augusto Pádua (org.), *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.
- _____. *O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. Trabalho apresentado no GT "Ecologia, política e sociedade", 15º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 1991.
- ZENCEY, Eric. "Apocalypse Now? Ecology and the Peril of Doomsday Visions", *Utne Reader*, 31: 90-93, 1989.

ABSTRACT: This paper aims at adequate innovative interpretations for the understanding of contemporary problems such as environmentalism. The notion of development – a basic one in modern western European Culture – has been taken in such a flexible way that became, almost senseless. This article focus on the changes in such notion that took place under the economical, social and political transformations of the contemporary world.

KEY WORDS: environmentalism, ecology, anthropological theory, development, post modernism, utopia, ideology, sustained development.

Recebido para publicação em maio de 1992.